

A Descolonização: Uma Inevitabilidade?*

José Luís Carneiro

*Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas do XXI
Governo Constitucional*

Antes do mais, gostaria de felicitar a Universidade Lusófona e o António Tavares por esta justa e merecida homenagem ao Dr. Mário Soares.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer o convite que me foi feito para usar da palavra, na medida em que, ao fazê-lo na qualidade de seu admirador e de amigo do seu filho João Soares, posso tornar públicas algumas linhas de investigação que, há muito, desenvolvi, com o objetivo de esclarecer uma dúvida que comigo caminhava, pelo menos do tempo em que também familiares e amigos, tinham regressado de África em resultado do processo de descolonização. A todos ouvi palavras de condenação sobre o modo como o País descolonizou. E, por altura do falecimento de Mário Soares, num momento em que a sociedade portuguesa se ergueu para lhe transmitir o último adeus, voltei a ler e a ouvir algumas dessas considerações desinformadas. Ora, quando o António Tavares, meu amigo, me convidou para este seminário, respondi de imediato e afirmativamente, dizendo: já tenho comunicação. Será sobre o contexto internacional e regional da descolonização.

* O presente texto tem por base uma intervenção no ciclo de conferências organizado pela Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto, dedicado ao Dr. Mário Soares.

De facto, o processo de descolonização portuguesa em África foi um processo difícil e complexo. Pela conjuntura internacional e regional, bem como pelo contexto político e social do País. Até hoje, as interpretações são muito diversas.

O certo é que logo em 1976, por altura do I Governo Constitucional, o então presidente da República, General Ramalho Eanes, reafirmava aquelas que constituíam as linhas de força da Política Externa portuguesa: a adesão à CEE; a manutenção dos compromissos com a Aliança Atlântica e o estabelecimento de uma relação privilegiada com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A lei 7/74 de 27 de julho, aprovada pelo Conselho de Estado e promulgada pelo Presidente Spínola, estabeleceu o "Direito das Colónias à Independência".

Artigo 1.º

O princípio de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar, consagrado no n.º 8 alínea a) do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação.

De seguida, no artigo 2.º, lemos que:

O reconhecimento do direito a autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933.

Contudo, para compreender todo este contexto, vale a pena analisar a conjuntura internacional que lhe está subjacente.

1. A Conjuntura Internacional

1.1 A II Guerra Mundial e o Despertar Nacionalista

A II Guerra Mundial introduziu no mundo das relações internacionais profundas transformações, tanto no domínio das interações entre os Estados como no relacionamento entre as nações. As independências do Pacífico darão indubitavelmente o mote para as lutas de libertação no continente africano. Do Norte ao Sul do continente, as elites encarregar-se-iam de produzir as fórmulas políticas adequadas à mobilização das populações para a causa nacionalista. As futuras lideranças dos Estados africanos, na sua maioria ainda em formação, perceberam a nova configuração da estrutura mundial de poderes e entenderam que uma das consequências imediatas da guerra fora a “capitulação da Europa”¹, o fim da Europa enquanto “coração dos circuitos mundiais”² e o estabelecimento de uma “aliança de facto (...) entre a URSS e os Estados Unidos, não obstante os seus antagonismos”³.

A Europa foi sendo, gradualmente, confrontada com as contrariedades impostas pelo sistema colonial. Se os ataques do Japão aos interesses ocidentais em 1942 recordavam a guerra russo-japonesa de 1904-1905, onde foi quebrado o mito da invencibilidade do homem branco⁴, o desembarque anglo-americano no Norte de África lançava as bases do moderno nacionalismo africano.

¹ MOREAU-DEFARGES, Philippe, *Relations Internationales (Questions Mondiales)*, Paris: Éditions du Seuil, 1993, p. 7

² Idem, *Ibidem*.

³ HUNTZINGER, Jacques, *Introdução às Relações Internacionais*, Lisboa: PE-Edições, 1991, pp. 155-201

⁴ Cfr. COISSORÓ, Narana, “O Asiatismo” in *Colóquios de Política Internacional*, n.º 3, 2ª edição, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960, p. 170.

Os colonizados aguardavam as compensações políticas da sua participação na guerra ao lado dos Aliados⁵ na Líbia, na Itália, na Normandia, na Alemanha, desde a Indochina até à Birmânia, esforço, aliás, já empreendido durante a I Guerra Mundial⁶.

Como reconhece Gonçalves Pereira, "a situação da Europa ocidental depois de 1945 veio contribuir poderosamente para a descolonização da Ásia e da África"⁷.

Os povos africanos assistiam, simultaneamente, ao surgimento dos Estados Unidos e da União Soviética como os grandes líderes planetários, ambos anticolonialistas e que viriam a desempenhar papel primacial no apoio às lutas de libertação⁸: os Estados Unidos pressionando os seus aliados para que descolonizassem e a União Soviética patrocinando os projetos dos movimentos de libertação.

As regras do jogo das duas superpotências acabarão por refletir-se na dinâmica de funcionamento das próprias Nações Unidas. A evolução dos princípios orientadores desta organização contribuiu para o desenvolvimento de um novo espírito, fundado numa filosofia liberal e democrática⁹, proclamando e exigindo a autodeterminação dos povos até então submetidos politicamente às metrópoles.

⁵ MOUREAU-DEFARGES, Philippe, *Op. Cit.*, pp. 7, 8.

⁶ CARPENTIER, Jean e LEBRUN, François, *História da Europa*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 429-432

⁷ PEREIRA, André Gonçalves, *Op. cit.*, p. 22.

⁸ M'BOKOLO, Elikia, *L'Afrique au XX^e Siècle. Le Continent convoité*, Paris: Éditions du Seuil, 1985, p. 60.

⁹ Cfr. JACKSON, Robert H. e ROSBERG, Carl G., "Popular Legitimacy in African Multi-Ethnic States", in *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 22, New York: Cambridge University Press, 1984, p. 177.

1.2 A Política dos Estados Unidos da América

Atendendo à evolução do sistema internacional no período posterior à II Guerra Mundial, seria de alguma ingenuidade admitir que o segundo maior continente do mundo – três vezes o tamanho da Europa, com cerca de 30 milhões de quilómetros quadrados –, banhado por dois Oceanos e por dois mares, o que permite, por um lado, o controlo de algumas das rotas comerciais mais importantes do mundo, e, por outro lado, o acesso a um vasto conjunto de matérias-primas indispensáveis ao eficaz funcionamento duma máquina técnico-económica competitiva, não teria importância para as estratégias definidas pelos dois principais intérpretes do poder mundial¹⁰.

Não deve, pois, surpreender que o continente africano, por diversas razões, representasse motivo de interesses e de cobiça, tanto para os europeus, como para americanos, soviéticos, quer até para asiáticos. A prática dos próprios asiáticos manifestava os seus interesses comerciais neste continente, visto ainda como “futuro terreno de colocação dos seus excedentes demográficos”¹¹, muito particularmente para a União Indiana que procurava conciliar esse objetivo com o da expansão da sua influência política¹².

¹⁰ Sobre a importância geopolítica e geoestratégica do continente africano, ver mais pormenorizadamente ALMEIDA, Políbio E. A. Valente de, *Ensaio de Geopolítica*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1994, pp. 105-162.

¹¹ FELGAS, Hélio, *Guerre em Angola*, Lisboa: Gráfica Santelmo, Lda., 1968, p. 28. Cfr. DIAS, Jorge e GUERREIRO, Manuel Viegas, *Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)*, Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, pp. 8-54.

¹² PEREIRA, André Gonçalves, *O Ultramar Português no Plano Mundial, (Alguns Problemas Gerais)*, p. 29

Suportada numa opinião pública de tradição anticolonialista, embora com um teor bastante distinto quer do anticolonialismo soviético quer do anticolonialismo asiático, a política externa norte-americana aparece como uma força importante na origem, desenvolvimento e no triunfo dos movimentos de libertação. Os Estados Unidos, também eles uma antiga colónia britânica, haviam assumido em 1776 a natureza de nação revolucionária, contratualizando desde essa altura o direito à rebelião, razão pela qual os Estados Unidos, após terem estendido a sua influência a toda a América Latina, às Ilhas do Pacífico até ao Japão, interpretando eles próprios um *colonialismo de espaço vital*, segundo a expressão de Adriano Moreira, irão acompanhar de perto os problemas africanos, avaliando-os de acordo com uma filosofia liberal-democrática.

O apego à liberdade, por um lado, e o sentido utilitário por outro, tanto mais que se tornava “necessário cobrir o vazio relativo que a cedência europeia ia criar em África em matéria de investimentos”¹³, deram forma concreta ao que se convencionou chamar *pragmatismo ideológico*, fenómeno tendente a caracterizar a política externa de Washington no imediato pós-guerra. Os Estados Unidos da América viam-se, assim, confrontados com um pesado dilema: por um lado, desejavam apoiar as independências das colónias como forma de mais facilmente as poder atrair para a sua esfera de influência económica e política, mas com a consciência de que o processo de descolonização poderia projetar os novos Estados para o campo soviético; por outro lado, ainda, sentiam, que o enfraquecimento dos países ocidentais conduzia inevitavelmente à debilitação de todo o bloco ocidental¹⁴.

¹³ Cfr. KI-ZERBO, Joseph, *Op. cit.*, p. 159.

¹⁴ Cfr. PEREIRA, André Gonçalves, *Op. cit.*, pp. 16-20

Uma vez considerados os pressupostos do anticolonialismo dos Estados Unidos, vejamos alguns dos momentos mais marcantes na sua concretização. No fim da I Guerra Mundial, o presidente Wilson defendeu o *Sistema de Mandatos* e, em outubro de 1943, na Conferência de Moscovo advogou-se a restituição da independência aos países que a haviam perdido por causa de uma agressão, e garantida a possibilidade dos povos se tornarem independentes. Contudo, e apesar do apoio concedido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a esta tese, a Grã-Bretanha recusou-a, porque, naturalmente, a sua aplicação desferiria um pesado golpe nas possessões coloniais britânicas.

Contudo, já em 21 de Janeiro de 1943 Franklin Roosevelt havia dado um dos primeiros sinais da vontade dos norte-americanos em apoiarem as causas nacionais africanas ao prometer apoio às pretensões políticas de Sidi Mohammed, em Marrocos¹⁵, na sua luta contra a França.

Assim, em maio de 1945, na Conferência de San Francisco, com a elaboração do *Regime de Tutela Internacional*, traçavam-se duas grandes vias para os territórios sob administração colonial:

- a) uma passava pela evolução dos territórios para uma situação de auto-administração;
- b) a outra contemplava o acesso à independência devendo atender-se, para o efeito, às condições particulares de cada um dos territórios em causa.

Todavia, o novo regime abriu um importante precedente, porque a partir do momento em que se verificou um aumento significativo do número de Estados recém-independentes no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, um vasto conjunto de territórios, ainda sem as condições exigidas inicialmente por aquele regime, passaram a ter o apoio de uma maioria para as suas pretensões de independência política.

¹⁵ Segundo M'Bokolo, Roosevelt terá igualmente assumido alguns compromissos semelhantes com Argel. Cfr. M'BOKOLO, Elikia, *Op. cit.*, p. 60.

Apesar do regime atrás referido ter tido como grande objetivo na sua conceptualização assegurar a igualdade de tratamento no campo económico, social e comercial a todos os membros de cada território, procurando garantir a igualdade de oportunidades no acesso das nações ricas aos mercados africanos, o certo é que este regime abriu rapidamente as portas a uma maioria segura dos seus desejos de lutar pela independência política dos territórios em situação colonial.

1.3 A Política da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

O anticolonialismo do bloco soviético, cujas origens se encontram nos imperativos da política externa e na fundamentação ideológica resultante das definições formuladas por Marx, Lenine e Estaline acerca do problema nacional e colonial, revela-se um elemento de essencial ponderação no estudo da emergência dos movimentos de libertação nacional.

Será porventura impossível compreender o anticolonialismo soviético se não tivermos em consideração que qualquer manifestação de sentimentos nacionalistas era vista pelo comunismo soviético como um obstáculo à revolução comunista mundial, cujos alicerces e motor deviam residir na aliança entre todos os proletários do mundo. Esta conceção não impedia, porém, que, numa primeira fase, se devessem fomentar e apoiar as manifestações nacionalistas contra as potências coloniais. Contudo, depois de alcançada a independência política, as novas entidades, vistas e tratadas como satélites, deveriam ser enquadradas na esfera de influência soviética e funcionar como agentes ao serviço da revolução proletária mundial.

Estaline, depois de ter "extinguido" os sentimentos nacionalistas no vasto conjunto soviético, procurou estudar as possibilidades de mobilizar o sentimento nacionalista para a causa comunista. A sua perspectiva, refletida na obra *Doutrina da URSS*, publicada em 1938, é a seguinte: "No Ocidente, o caminho da vitória da revolução passa pela aliança revolucionária com o movimento de libertação das colônias e dos países dependentes, contra o imperialismo..."¹⁶.

Para Estaline, o problema nacional que era tratado exclusivamente ao nível dos assuntos internos dos vários países poderia ser combatido em termos globais a partir do momento em que Lenine o relacionou com o problema colonial¹⁷. Com efeito, Lenine, ao considerar o fenómeno colonial como o resultado do ponto mais elevado da evolução do capitalismo¹⁸ e o imperialismo como a fase "suprema" e final desse capitalismo, agente responsável pelas situações de opressão exercidas sobre os vários povos que no mundo foram reduzidos a situações coloniais, assegura o carácter global da luta travada a favor da causa nacional e colonial. A partir deste momento, estão criadas as condições para que se materialize a ajuda aos povos oprimidos na sua luta contra o imperialismo e pela independência estatal. Irão promover o aparecimento de movimentos de libertação que se tornarão instrumentos na luta contra o capitalismo. Porém, o apoio "ativo" e "enérgico" a conceder pela URSS aos movimentos de libertação dependerá de uma prévia distinção entre aqueles que servem a revolução proletária comunista, denominados movimentos revolucionários e aqueles que apoiam o imperialismo, entendidos como reacionários¹⁹.

¹⁶ Idem, *Ibidem*.

¹⁷ Cfr. BOTZARIS, Alejandro, *Op. cit.*, p. 33.

¹⁸ PEREIRA, André Gonçalves, *Op. cit.*, p.

¹⁹ BOTZARIS, Alejandro, *Op. cit.*, pp. 34-35.

A luta desenvolvida pelos movimentos nacionais deixa de poder ser compreendida numa lógica estritamente interna, de luta contra o colonialismo exercido por uma determinada metrópole, e passa a integrar uma luta internacional/global contra o imperialismo do bloco Ocidental, porque do ponto de vista da doutrina marxista, o processo colonial define-se única e exclusivamente através do seu especto económico e é tido como um dos aspetos da luta de classes.

Será com base nestes pressupostos ideológicos e estratégicos que a União Soviética, procurando aproveitar, fomentar e explorar as chamadas três contradições de Lenine, muito particularmente a *terceira contradição* do mundo capitalista²⁰ – aquela que opõe as metrópoles às colónias²¹ –, definirá a sua estratégia de atuação no chamado *Terceiro Mundo*²², patrocinando a emergência dos movimentos de libertação revolucionários.

²⁰ Entre as vulnerabilidades no interior do mundo capitalista, Lenine assinala três: a contradição entre o trabalho e o capital; a contradição entre os grupos financeiros (monopólios) e entre os mesmos Estados capitalistas na sua luta para o acesso às matérias-primas e para os novos mercados e, a *terceira contradição*: entre os países capitalistas (metrópoles) e os países coloniais ou semicoloniais. Ver mais detalhadamente BOTZARIS, Alejandro, *Op. cit.*, p. 28.

²¹ Estaline, ao analisar as diversas contradições que caracterizavam o mundo capitalista, diz o seguinte: “[a] terceira contradição é a que existe entre o punhado de nações civilizadas dominantes e as centenas de milhões de homens dos povos coloniais e dependentes do mundo (...) A extorsão do lucro é o objetivo desta opressão (...) O acordar da consciência nacional, o reforçar do movimento de libertação, são os resultados inevitáveis desta política. Esta circunstância interessa ao proletariado na medida em que vai cavar pela base as posições do capitalismo, transformando as colónias e os países dependentes de reservas do imperialismo em reservas da revolução proletária”. Ver mais em pormenor PEREIRA, André Gonçalves, *Op. cit.*, p. 11.

²² No XX Congresso do PCUS, Kruchchev afirmava aquilo que deveriam ser as principais linhas de atuação da URSS no âmbito da sua política externa: “[a]umentar as contradições e a luta entre as potências coloniais, pelas esferas de influência, pelas fontes de matérias-primas e pelos mercados de venda dos seus produtos. Os Estados Unidos da América esforçam-se por lançar mão das possessões coloniais das potências europeias – o Vietname meridional passa das mãos da França para as dos Estados Unidos. Os monopólios norte-americanos desferem a sua ofensiva contra as possessões francesas, belgas e portuguesas em África. É sabido que antigamente as riquezas petrolíferas do Irão se encontravam totalmente nas mãos dos ingleses, mas agora eles viram-se obrigados a compartilhá-las com os norte-americanos, e hoje os monopólios estados-unidenses lutam por desalojar completamente os ingleses. Acentua-se a influência norte-americana no Paquistão e no Iraque, encoberta com a bandeira de “livre iniciativa”. Cfr. BOTZARIS, Alejandro, *Op. cit.*, p. 29.

O método adotado para concretizar aqueles pressupostos ideológicos em África passou pelo recurso aos partidos comunistas dos países colonizadores, pelo apelo aos sindicatos e às associações de obediência marxista²³.

Partindo das contradições existentes no seio do bloco capitalista, a União Soviética aparecerá a apoiar e a fomentar o descontentamento dos povos coloniais contra o imperialismo desenvolvido pelo mundo Ocidental, fornecendo-lhes um cimento ideológico para a sua luta de libertação e, simultaneamente, concedendo-lhes o apoio humano e material necessários à concretização do princípio da autodeterminação, até que o processo histórico dos novos países independentes os conduzisse em direção aos novos imperialismos.

1.4 A Alteração no Xadrez Asiático

Logo a seguir ao segundo conflito mundial, a Índia adotou uma política expansionista, uma *doutrina Monroe à indiana*, como foi denominada,

²³ Durante o II Congresso da Internacional Comunista ("Komintern"), ocorrido em Julho de 1921, depois de se ter estabelecido como regra geral que "o melhor modo para assestar um golpe definitivo no sistema capitalista mundial era combater as potências imperialistas nas suas colónias", assumiu-se formalmente o programa de ação comunista para a designada "libertação dos povos oprimidos da África" que assentava essencialmente no seguinte: 1. re-avivar, mediante uma intensa propaganda, conduzida por numerosos agentes e por uma ativa campanha periodística, os "nacionalismos indígenas", provocando e favorecendo a criação dos partidos políticos "nacionalistas"; 2. favorecer a ação destes partidos e movimentos, mediante o envio de agentes disfarçados de "conselheiros" ou "dirigentes sindicais", assim como a ajuda financeira. Para uma etapa ulterior, a rebelião armada, os comunistas tinham preparado a ajuda à rebelião mediante o envio de armas e dinheiro; 3. coordenar a ação dos partidos e movimentos nacionalistas para uma ação destinada a exasperar as massas e provocar, mediante uma atividade escalonada (reivindicações operárias, desfiles, congressos, atentados terroristas, etc.), as represálias da autoridade colonial, para assim forçar a população a empreender o caminho da rebelião armada; 4. preparar, através de um seleção cuidadosa, os quadros da futura revolução, convidando-os a aderir aos partidos comunistas das metrópoles. Estes quadros serviriam de veículo para transformar os elementos mais extremistas dos movimentos e partidos chamados "nacionalistas" em núcleos dos futuros partidos comunistas. Cfr. BOTZARIS, Alejandro, *Op. cit.*, p. 24.

com vista a fazer face aos seus excedentes demográficos. Em termos muito simples, essa política traduzia-se em três etapas complementares:

- a) em primeiro lugar, estender a influência política àquilo que Nehru chamou de *borbulhas na face da Índia* para se referir ao Paquistão e ao Ceilão;
- b) em segundo lugar, seria o de articular a sua dimensão geográfica e demográfica com o prestígio decorrente da doutrina de Gandhi, influente em toda a Ásia, para concretizar uma política hegemónica sobre o Tibete, o Nepal, o Butão, a Birmânia, a Tailândia e a Indonésia, locais onde os muitos emigrantes desenvolviam atividades económicas;
- c) por último, e depois de assegurar a liderança do conjunto asiático, regressar a África e desalojar os europeus, abrindo as portas da parte oriental do continente à colocação dos excedentes demográficos e à penetração económica²⁴.

A realização destes objetivos chocou com a concretização dos objetivos da China comunista, a cargo dos designados “*chineses do Ultramar*”. Eram estes chineses espalhados por todo o universo asiático que permitiam à China de Mao Zedong e de Zhou Enlai edificar uma política de satelitização de toda a Ásia²⁵.

Entre estes dois mundos encontrava-se a frágil²⁶ Indonésia de Ahmed Sukarno, desenvolvendo esforços para manter a sua independência política.

²⁴ COISSORÓ, Narana, “O Asiatismo”, *Op. cit.*, pp.182-185.

²⁵ A ameaça de Zhou Enlai à Birmânia no caso desta adquirir o empréstimo americano, a ajuda à Coreia do Norte e a Ho Chi-Minh e o apoio ao movimento comunista na Indonésia são provas evidentes da expansão comunista chinesa.

²⁶ Frágil porque o equilíbrio então existente entre o Partido Comunista, o Partido Islâmico e o Partido Nacionalista, no poder, era muito precário. Cfr. COISSORÓ, Narana, *Op. cit.*, p. 186.

Será de algum modo a debilidade política interna a levar Sukarno a adotar uma política de "neutralidade pacífica" e, apoiando-se no islamismo, a fazer a ponte Jacarta-Cairo com vista a assumir-se como protagonista do Sudeste asiático, deitando por terra as esperanças paquistanesas de liderar o islamistão.

Perante a manifesta divergência de interesses entre a União Indiana, a China comunista e a Indonésia e os perigos que então ameaçavam a precária coesão do mundo asiático, como, por exemplo, a aproximação do Paquistão e do Ceilão ao Ocidente, aqueles três países promoveram a realização de uma Conferência onde pudessem estar representados e onde pudessem ter voz os representantes de todos os países africanos e asiáticos²⁷ independentes ou em vias de independência.

Embora se tenha realizado em 1949 uma conferência em Nova Deli, onde se começaram a definir os objetivos do futuro bloco afro-asiático, a Conferência realizada em Bandung, reuniu vinte e nove países, representando, no seu conjunto, um bilião e meio de indivíduos²⁸, e uma das razões da sua realização poderá residir na disputa política existente entre Nehru e Zhou Enlai e tinha por grande objetivo traçar as esferas de influência chinesa e indiana no mundo²⁹. Dado o alcance da Conferência, convirá atentar na síntese de Alexandre Saint-Phalle sobre o programa da conferência:

²⁷ Foram excluídos os países que não interessavam ao fim proposto: as duas Coreias, uma vez que os Estados Unidos da América estavam interessados na Coreia do Sul, e Israel, para não ferir as susceptibilidades dos países árabes. Cfr. COISSORÓ, Narana, *Op. cit.* p. 188.

²⁸ Crê-se, contudo, que a iniciativa de realizar a Conferência terá pertencido a Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro da União Indiana.

²⁹ COISSORÓ, Narana, "O Asiatismo", *Op. cit.*, p. 189.

- a) contrabalançar a influência económica americana por um melhor entendimento dos neutros entre si e pelo desenvolvimento das suas relações comerciais, entendendo-se por neutros os componentes da conferência;
- b) afastar a influência das últimas potências chamadas colonialistas;
- c) afastar o Japão da órbita americana e fazê-lo entrar no chamado campo neutro;
- d) levar os chamados «neutro traidores» (Turquia, Paquistão e Iraque) a uma melhor compreensão dos factos;
- e) alcançar a maioria na ONU por uma unidade de votos e fazer admitir a China comunista;
- f) levar a China comunista a uma convivência internacional pacífica;
- g) sustentar a reivindicação dos países africanos ainda dominados pela Inglaterra, França, Bélgica e Portugal: reconhecer os chefes dos movimentos de emancipação, fornecendo-lhes armas e dinheiro;
- h) pacificar o mundo árabe e resolver o problema de Israel³⁰.

O que daqui ressalta é que existia uma unidade deste conjunto de países e de povos na condenação do colonialismo, a afirmação da vontade de reconhecer os respetivos movimentos de libertação e em prestar-lhes não só o apoio moral, mas também e fundamentalmente o respetivo auxílio material. É também nesta circunstância que decide avançar para a chamada *acção directa* que entre outros objetivos contemplava o *Ultramar* português³¹.

³⁰ Cfr. MOREIRA, Adriano, *A Conferência de Bandung e a Missão de Portugal*, Lisboa: Tipografia Gomes & Rodrigues Lda., 1955, pp. 3, 4. Importa ter também em atenção a distinção que o autor faz dos conceitos de *colonialismo missionário* e *colonialismo espaço vital*. De acordo com o autor, em Bandung afirmou-se o *colonialismo espaço vital* em condenação do *missionário*. E, atendendo a que este havia sido considerado legítimo pela ONU, aquando da sua instituição, a defesa do segundo coloca em causa o espírito que assistiu à criação das Nações Unidas. Cfr. MOREIRA, Adriano, *Política Ultramarina*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, pp. 36-41.

³¹ PEREIRA, André Gonçalves, *Op. cit.*, p. 44.

Como dissemos, a independência da Índia, em 1947³², a caminhada pacífica do *mahatma* Ghandi e a reinterpretação do marxismo-leninismo por parte de Mao Zedong, na República Popular da China, afirmando o seu anticolonialismo militante a par da solidariedade entre os pobres, constituem marcos importantes que não podiam deixar de influenciar a formação dos espíritos daqueles que viriam a liderar os movimentos de libertação nacional³³.

Podemos, portanto, concluir que a emancipação do continente asiático viria a ter enormes repercussões no continente africano, sobretudo devido à existência de determinadas imagens que acabaram por se refletir nas relações entre estes dois continentes: ambos eram habitados por povos de cor; ambos com algumas limitações no que diz respeito ao desenvolvimento económico e social e ambos colonizados. E, o certo é que, se a derrota humilhante do imperialismo japonês imposta pelos Aliados significou uma vitória com consequências imediatas no domínio das independências políticas, errado não será concluir que as consequências desse acontecimento no domínio do espírito de libertação e na afirmação do sentimento nacional se revelaram de algum significado no médio prazo, tendo em conta, sobretudo, o sucesso da reconstrução nacional japonesa e a sua afirmação no contexto das nações mais desenvolvidas.

³² A luta do *mahatma* Gandhi, que derrotou os ingleses pela força moral, acabou por influenciar a luta não violenta desenvolvida nos trópicos, sobretudo nos territórios de língua inglesa.

³³ Sobre a origem dos movimentos de libertação asiáticos consultar COISSORÓ, Narana, "O Asiatismo", in *Colóquios de Política Internacional*, n.º 3, 2ª edição, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960, pp.169-181.

Para além disso, o Japão ao ver-se obrigado a conceder a independência a todos os povos que estavam sob a sua tutela política, contribuía, indiretamente, para o descontentamento em África. As consequências desta situação serão amplamente agravadas a partir do momento em que as forças francesas foram derrotadas militarmente em Dien Bien Phu, em 1954, uma vez que ao lado dos franceses combatiam várias dezenas de milhares de africanos.

1.5 A Ação das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas (ONU) passou a ser o local privilegiado das reivindicações dos países afro-asiáticos. Talvez por essa razão, esta organização tenha ficado conhecida como a “caixa de ressonância” dos países saídos do processo colonial. A ideia da libertação dos povos oprimidos adotada pela Carta das Nações Unidas encontra as suas origens na libertação dos países e territórios submetidos pela Alemanha entre 1936 e 1945, e na vontade de lhes possibilitar uma escolha livre dos seus governos e das suas instituições. O direito à autodeterminação dos povos e as disposições que condenavam a ingerência nos assuntos internos de um Estado tiveram em vista condenar a doutrina germânica do *Espaço Vital* e evitar a repetição da sua expansão sobre a Europa³⁴.

Porém, a paralisação sistemática das funções do Conselho de Segurança, devido ao veto repetido da União Soviética, resultou no reforço das funções consagradas ao Secretariado e à Assembleia Geral. No que respeita ao Secretariado, convém lembrar que os dois primeiros secretários-gerais eram naturais dos países nórdicos, Estados sem experiência colonial e capazes – moralmente – de fazer o equilíbrio entre os dois blocos.

³⁴ PEREIRA, André Gonçalves, *Op. cit.*, p. 56.

O primeiro secretário-geral, Trigve Lie, era norueguês, e o seu sucessor, Dag Hammarskjöld, sueco. Ambos partilhavam das teses anticolonialistas moderadas, posição característica dos países escandinavos, essencialmente por quatro razões:

- a) eram países sem experiência colonial;
- b) eram caracterizados por um vago humanitarismo;
- c) estavam organizados social e economicamente com perfeição, e viam na emancipação dos povos coloniais novos mercados para os seus produtos e para investir os seus capitais³⁵.

Com o triunfo da tese que defendia o reforço dos poderes da organização³⁶, muito particularmente da Assembleia Geral, o chamado órgão democrático da ONU, adotou a Resolução *Uniting for Peace*, no dia 3 de Dezembro de 1950, como forma de ultrapassar os obstáculos criados pela URSS no âmbito do Conselho de Segurança e que tinham por objetivo impedir a intervenção da organização no conflito da Coreia. Foi ao abrigo desta Resolução que se ampliou a esfera de atuação da Assembleia Geral, permitindo que à medida que fossem acedendo ao seu seio novos Estados independentes, tenha ocorrido um reforço da posição anticolonialista e o enfraquecimento da posição portuguesa³⁷.

Um dos primeiros sinais das alterações verificadas ao nível do funcionamento e das atribuições da Assembleia Geral, pode encontrar-se nos ataques formulados expressa ou tacitamente contra Portugal no âmbito desse órgão.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 57.

³⁶ Esta corrente vingou com as votações na Assembleia Geral e com a decisão do Tribunal Internacional de Justiça que dispunha que no domínio do Direito Internacional a Organização "deve ter todos os poderes que, embora não expressamente previstos na Carta, lhe são conferidos" por serem considerados "necessários para o cumprimento dos seus deveres". Cfr. PEREIRA, André Gonçalves, *Op. cit.*, p. 58.

³⁷ Esta Resolução foi proposta pelos Estados Unidos e tinha por objectivo permitir a intervenção da Assembleia Geral em problemas que a Carta lhe não permitia considerar e, por outro lado, facilitar as suas reuniões que anteriormente decorriam numa única sessão anual. Idem, *Ibidem*, p. 59.

Por exemplo, na XV reunião da Assembleia, ocorrida no mês de setembro de 1960, Kruchchev lançou um ataque a Portugal ao apresentar uma moção contra o colonialismo.

Na mesma instituição, também os delegados do Congo-Brazzaville, do Gana, da Guiné-Conakry e da Nigéria, condenaram a política ultramarina portuguesa. Apesar de Portugal ter chegado a ser proposto para membro do Conselho de Segurança, os países afro-asiáticos confirmaram o seu peso, elegendo a Libéria em detrimento do Estado português.

E, a 11 de novembro de 1960, a Comissão de Curadorias da ONU aprovava, por 62 votos a favor, 3 contra (Portugal, Espanha e União Sul-Africana) e 19 abstenções³⁸, uma Resolução sobre os princípios que deveriam nortear os Estados-membros na prestação de informações à ONU acerca dos territórios que se encontravam sob a sua administração³⁹. Embora não cabendo nesta breve análise o estudo pormenorizado sobre a ação das Nações Unidas no âmbito do anticolonialismo, consideramos importante ter em atenção a moção afro-asiática⁴⁰, aprovada em 14 de Dezembro de 1960, para melhor compreender a importância política deste grupo bem como algumas das suas reivindicações. Declarava-se na moção o seguinte: "(...) a sujeição dos povos à subjugação, domínio e exploração estrangeiros era denegação dos direitos do homem e contrária à Carta da ONU; todos os povos têm direito à livre determinação; que seria posto fim a toda a ação armada e a todas as medidas de repressão contra os povos

³⁸ Donde se destacam as abstenções da França, dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha e do Bloco Soviético.

³⁹ Cfr. FELGAS, Hélio, *Op. cit.*, pp. 58-61.

⁴⁰ Aprovada com 89 votos a favor e 9 abstenções (Portugal, Espanha, União Sul-Africana, Grã-Bretanha, França, Estados Unidos da América, Austrália, Bélgica e República Dominicana).

dependentes; que se tomariam medidas imediatas em todos os territórios que ainda não fossem independentes, para transferir os poderes para os povos desses territórios, sem qualquer condição ou reserva"⁴¹.

Daqui se pode depreender que a unidade deste conjunto de Estados recém-independentes alicerça a sua fundamentação na condenação do colonialismo e no apoio às lutas pela independência.

2. A Conjuntura regional

2.1 O Pan-Africanismo e a Negritude como Inspiradores

*"Pan-Africanismo e Negritude deram as mãos para a solução exclusivamente africana dos problemas políticos, sociais e económicos da África e dinamização das ideias para tal necessárias"*⁴².

Eduardo dos Santos

As conceções de Pan-Africanismo que William Edward Burghardt DuBois defendia vão ganhar relevo sobretudo a partir da I Guerra Mundial. O desenvolvimento destas teses pan-africanistas terá ficado a dever-se fundamentalmente à preocupação em demonstrar a dignidade de todos os povos independentemente da cor da pele, embora se tenha manifestado uma corrente mais radical, protagonizada por Marcus Garvey, que defendia, entre outras coisas, o regresso de todos os negros a África e a saída dos brancos deste continente⁴³.

⁴¹ FELGAS, Hélio, *Op. cit.*, p. 61

⁴² SANTOS, Eduardo dos, *Pan-Africanismo de Ontem e de Hoje*, Lisboa: Edição do Autor, 1968, 9-58.

⁴³ Sobre as teses de Marcus Garvey, consultar SANTOS, Eduardo dos, *Op. cit.*, pp. 27-38.

Uma das razões que concorre para a explicação da rápida mobilização em torno destas ideias poderá encontrar-se no facto de terem revestido formas diversas, como, por exemplo, a música, a poesia e a literatura⁴⁴.

Com efeito, estas ideias e valores foram-se cantando (Kofi Busia do Gana; Birago Diop do Senegal; Hampaté Bá do Sudão) e escrevendo (Aimé Césaire e Léopold Senghor, ambos do Senegal) e, paulatinamente, o pan-africanismo assumiu uma forma política e anticolonialista impulsionado pelo antilhano George Padmore, conselheiro de N'Krumah, que na sua obra *Pan-Africanism or Communism*, de 1955, o definiu como "a aspiração de realizar o governo por africanos para os africanos, respeitando as minorias raciais e religiosas que desejem viver em África como a maioria negra"⁴⁵.

Esta dinâmica do pan-africanismo conheceria um outro marco importante em 1945, com a realização do Congresso de Manchester, convocado por DuBois, com vista a contrabalançar a importância dos negros norte-americanos. Desta forma, estariam presentes, pela primeira vez, os negros oriundos do continente africano, de entre os quais Kwame N'Krumah da Costa do Ouro, Wallace Johnson da Serra Leoa e Jomo Kenyatta do Quênia⁴⁶.

⁴⁴ Por exemplo, o haitiano Price Mars atribuiu ao movimento as suas bases literárias, ao publicar em 1928, em Paris, um ensaio etnográfico, *Ainsi Parla L'Oncla*, onde defende que no continente africano se desenvolveram centros de civilização negra, para além da defesa da reabilitação da África, das suas raças, da sua civilização e do animismo africano. Cfr. SANTOS, Eduardo dos, *Op. cit.*, p. 48. Cfr. COQUERY-VIDROVITCH, C. e MONIOT, H., *África Negra, de 1800 a Nuestros Dias*, Barcelona: Editorial Labor, 1985, pp. 228, 289.

⁴⁵ Cfr. COQUERY-VIDROVITCH, C. e MONIOT, H., *Idem.*, p. 289.

⁴⁶ Sobre o Congresso de Manchester, ver mais detalhadamente DECRAENE, Philippe, *Op. cit.*, pp. 26-28.

Contudo, apesar deste congresso não ter conseguido alcançar o grande objetivo da unidade africana, N'Krumah continuou a empreender esforços que conduziram à realização de vários encontros, de que a I Conferência de Estados Independentes⁴⁷ e a I Conferência dos Povos Africanos⁴⁸ constituem exemplos. E, independentemente das posições de cada um dos Estados-membros ou dos seus povos que – ou numa perspectiva de integração continental (Gana) ou, então, numa ideia de integração funcional-federalista regional (nigerianos) –, estas realizações apareciam como espaços de encontro entre as elites dirigentes dos movimentos de libertação e destes com os respetivos patrocinadores morais e materiais da luta de libertação nacional.

Neste sentido, a Organização da Unidade Africana (OUA), instituição que aparece como um compromisso entre as posições do denominado *Grupo de Casablanca* e as teses do *Grupo de Brazzaville*, acabará por desempenhar um importante papel não somente no reconhecimento dos movimentos de libertação, como também na concessão de apoios materiais. Essa missão estava confiada ao “*Comité de Coordenação*”, também chamado “*Comité dos Nove*”, cujo principal objetivo consistia em harmonizar a assistência aos países africanos e, através de um “*fundo especial*”, patrocinar materialmente esses movimentos⁴⁹.

⁴⁷ Realizada em Accra em abril de 1958, reuniu os oito Estados independentes na altura.

⁴⁸ Realizada em Accra em dezembro de 1958.

⁴⁹ Cfr. COQUERY-VIDROVITCH, C. e MONIOT, H., *Op. cit.*, p. 290

2.2 Os Sindicatos e os Intelectuais

Os sindicatos e os intelectuais tornaram-se um forte elemento motor na contestação à presença das metrópoles em África. Com efeito, depois da II Guerra Mundial surgiu um número muito significativo de sindicatos. Por exemplo, se no Gana, em 1941, ainda não se encontravam sindicatos registados, dez anos mais tarde, existiam quarenta e um e, no ano de 1957, atingiam uma centena. Na Nigéria passaram de cinquenta, em 1941, para cento e setenta e sete, em 1955.

Desta forma, e apesar das suas inúmeras dificuldades⁵⁰, estes sindicatos desempenharam um papel importante no despertar das causas nacionalistas, até pela sua filiação aos grandes sindicatos mundiais.

Juntamente com a ação dos trabalhadores, no âmbito dos sindicatos, também os intelectuais desenvolviam todo um conjunto de atividades que contribuíam para realizar as ideias da *Negritude* e do *Pan-Africanismo*. Os intérpretes dessa atividade intelectual empenharam-se na criação e desenvolvimento de uma imprensa ativa, que passava inclusivamente pela ligação dos intelectuais africanos aos antilhanos e malgaxes. Dessa realidade constituem exemplos o jornal literário *Légitime Défense*, do martiniquês Étienne Liro, além de todo um conjunto de homens como Aimé Césaire, Léopold Senghor, David Diop, Birago Diop, entre outros. Este movimento desenvolver-se-á com o impulso da revista *Présence Africaine*, de Alioune Diop e da sua esposa⁵¹.

⁵⁰ Em primeiro lugar, de âmbito económico e, depois, de âmbito político, uma vez que se encontravam divididos por clivagens partidárias, além da natural competição entre as diferentes organizações que acaba por dificultar a luta por interesses comuns. Por exemplo, Sékou Touré, devido às clivagens entre as centrais sindicais, criou em 1956 a *Confédération Générale des Travailleurs Africains* (CGTA), que rompeu os laços com os organismos franceses e internacionais. Ulteriormente, a CGTA viria a tornar-se na *Union Générale des Travailleurs de l'Afrique Noire* (UGTA).

⁵¹ Ver mais aprofundadamente DECRAENE, Philippe, *Op. cit.*, pp. 33-36. Cfr. KIZERBO, *Op. cit.*, pp. 167-173.

2.3 Os Movimentos de Estudantes, as Igrejas e as Seitas

Os estudantes africanos a estudarem na Europa, designadamente na Grã-Bretanha e em França, viam na sua organização um caminho para fugirem ao isolamento, para se libertarem do paternalismo das metrópoles e, até mesmo, uma oportunidade para se prepararem para futuras tarefas políticas. Não se poderá esquecer que grande parte destes estudantes estavam ligados a partidos ou a movimentos europeus progressistas.

Se o movimento de estudantes aparece como um campo de aprendizagem no domínio da organização política e de elaboração das primeiras estruturas de cooperação para o futuro político dos Estados independentes, as Igrejas e as Seitas há muito que semeavam a esperança da igualdade de oportunidades para todos os homens, iguais em condição. O Islamismo, o Cristianismo e o Protestantismo iriam fornecer elementos de unidade espiritual e de apoio material a todos aqueles que almejavam caminhar juntos na luta pela emancipação política.

Contudo, determinadas seitas religiosas assumiam atitudes de algum radicalismo, pelo que alguns movimentos nacionalistas revestiam, eles próprios, por um lado, a vertente autonomista e, por outro, uma componente profética⁵². A história de África está cheia de exemplos dessas seitas: Simon Kibanga, no Baixo Congo e André Matswa no Congo Francês. Outro exemplo e que se refere diretamente a Angola, é fornecido por Hélio Felgas, a propósito dos Tocos.

⁵² Por exemplo, o jamaicano Marcus Garvey chegou a fundar a *African Orthodox Church*, onde se ensinava que os "anjos são negros e os demónios brancos". Sobre as teses de Marcus Garvey e o pan-africanismo messiânico, consultar DECRAENE, Philippe, *Op. cit.*, pp. 16-18.

Esta seita foi criada nos inícios dos anos cinquenta por um angolano de nome Simão Toco, que pela sua notoriedade e humildade chegou mesmo a ser ajudado pelo governador de província, não obstante alguns dos seus elementos terem estado ao lado dos movimentos de libertação⁵³. No que diz respeito ao fomento das hostilidades, houve seitas que conheceram algum protagonismo, como, por exemplo, a *Quitawala* e o *Quibanguismo*⁵⁴.

2.4 Os Partidos Políticos

Os partidos políticos apareceram como a verdadeira força motriz na luta contra a presença europeia em África, e tiveram na sua origem três dimensões distintas:

- a) em primeiro lugar, surgem como uma síntese do poder tradicional com os elementos modernos da política⁵⁵;
- b) depois, procuram aproveitar a implantação dos movimentos religiosos ou etno-culturais⁵⁶;
- c) por último, alguns desses partidos apareciam com uma natureza regionalista se não mesmo com um carácter puramente confessional⁵⁷.

⁵³ Para além da atribuição de terras, o Governador concedeu-lhe ainda 6 mil contos para construções, exclusivamente destinadas aos Tocos. Cfr. FELGAS, Hélio, *Op. cit.*, p. 57.

⁵⁴ De acordo com Silva Cunha a *Quitawala* era uma seita hostil aos brancos com propensão para a violência. A *Quitawala* e o *Quibanguismo* constituíram-se no Congo Belga e actuavam na região fronteiriça com Angola. Ver mais detalhadamente na sua obra *Aspectos dos Movimentos Associativos na África Negra (Angola)*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 15 e segs.

⁵⁵ Aconteceu, por exemplo, na União Voltaica, actual Costa do Marfim, em que o *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA), do líder Houphouët-Boigny, beneficiou da posse de automóveis equipados com altifalantes, o que lhe garantia um maior acesso à população em detrimento do seu adversário Balum Waba que apenas contava com uma lista administrativa. Acontecia também que o monarca ou chefe tradicional aparecia como o elo de ligação entre os nacionalistas (modernos e progressistas) e a realidade social tradicional, como foi o caso de Kabaka Mutesa II, destituído pelos britânicos em 1953.

⁵⁶ Por exemplo, o grande partido do oeste nigeriano, o *Action Group*, teve a cobertura do agrupamento etno-cultural *Yaruba* denominado *Egbé Omo Oduduwa*.

⁵⁷ Foi o caso do *Partido Democrático*, no Uganda, que reunia uma maioria de católicos.

Em termos de estruturação formal, os partidos assumiam, geralmente, a forma e a natureza de "congressos" ou de "frentes". O primeiro caso procura traduzir uma unidade de forças ativas⁵⁸ de um país em torno de uma organização com carácter pouco rígido.

Neste tipo de partidos, o combate político era apresentado em nome de todo o país⁵⁹.

A segunda opção consumava-se quando um grupo de partidos se unia em torno de um conjunto de linhas programáticas comuns para atingir determinados objetivos políticos⁶⁰. As *frentes* procuravam interpretar as necessidades e as reivindicações locais e, simultaneamente, atender à personalidade da liderança. Servindo-se da oralidade⁶¹, esses mesmos líderes tentaram não ignorar as solidariedades clánicas e familiares como mecanismos a mobilizar para alcançar as vitórias políticas.

Pode dizer-se que a génese dos partidos políticos africanos está intimamente relacionada com a luta de libertação nacional e que estas estruturas políticas irão progressivamente apresentar-se como emanações do Povo legitimamente constituídas para conquistar a independência.

⁵⁸ Essas forças activas poderiam passar pelos movimentos de jovens como, por exemplo, o *West African Students Union* (WASU), surgido em 1926, em Londres. A mobilização destas forças poderia ainda ser efectuada pelas mulheres que, não raras vezes, desempenharam um importante papel, como aconteceu no Golfo da Guiné (talvez por estarem integradas num regime *matrilinear* e pelo seu relativo desafogo económico), bem como nos mercados controlados pelas *quitandeiras*, na Costa do Marfim, no Gana e no Togo. Estas mulheres revelaram uma grande importância na propaganda política.

⁵⁹ Foi, por exemplo, o caso do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA), surgido no Congresso de Bamako, em Outubro de 1946. Esta força política procurava instituir uma estrutura administrativa centralizada numa espécie de federação da África Ocidental Francesa. Ver mais detalhadamente M'BOKOLO, Elikia, *Op. cit.*, p. 147

⁶⁰ Cfr. KI-ZERBO, Joseph, *Idem*, p. 178

⁶¹ Factor bastante importante na mobilização das massas, tendo em conta que grande parte da população era analfabeta

Enquanto corpos políticos de emanação popular cujo objetivo era o da conquista do poder para reconstituir a Nação, destruída pelo “colonialista”, estes organismos procurarão assumir-se como os únicos e exclusivos representantes do Povo. E, de facto, uma vez chegados ao poder com a concretização das independências, os líderes dos diferentes partidos desenvolvem um discurso político tendente a justificar a necessidade de um regime de partido único⁶².

2.5 O Fenómeno dos “Deslocados” na Origem do Movimento Nacionalista Angolano

Apesar do fenómeno dos “deslocados” ter contribuído de uma forma mais direta para a emergência da União das Populações do Norte de Angola (UPNA), que posteriormente assumiria a designação de União das Populações de Angola (UPA) e, ulteriormente, de Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA), é de algum modo importante abordá-lo em virtude das suas implicações ao nível do surgimento do ideal nacionalista e porque nele residiu um dos elementos da génese do movimento libertador angolano.

Estes “deslocados” eram indivíduos que tinham emigrado para o Congo belga nas décadas de 30 e 40 e que se tinham integrado na cultura francesa. Inclusivamente, muitos deles não falavam o português. Cerca de dois mil indivíduos, em situação de desemprego, foram expulsos do ex-Congo belga tendo-se estabelecido na fronteira norte de Angola, acabando por integrar-se no território português.

⁶² É, contudo, importante atender ao conceito de *partido unificado* desenvolvido por Dmitri Lavroff. De acordo com essa noção, o *partido unificado* aparece como uma “união de partidos políticos que, reagrupados num novo quadro, aceitam um programa comum, muitas vezes pouco elaborado, e se entendem para repartir entre si as responsabilidades no governo e no interior do partido”. Ver mais pormenorizadamente LAVROFF, Dmitri, *Os Partidos Políticos da África Negra*, Lisboa: Livraria Bertrand, 1975, p. 41.

É, o certo é que, se a participação de Holden Roberto nas reuniões políticas de Joseph Kasavubu⁶¹ e de Patrice Lumumba constituía um indicio da sua vontade de lutar pela independência que, aliás, era exigida sem subterfúgios, as declarações do líder da UPNA⁶², proferidas em 1967, confirmaram essas suspeitas. Dizia Roberto que haviam sido estes "deslocados" a iniciar a subversão nas fazendas e nas empresas para onde foram trabalhar, constituindo, posteriormente, uma rede que a União das Populações de Angola (UPA) soube aproveitar e coordenar⁶³.

Podemos, portanto, constatar a existência de uma conjuntura internacional e regional favorável à emergência do despertar nacionalista. Desde a África setentrional, passando pela África Ocidental e Oriental, até à África Central e Austral, os "ventos da descolonização" iam soprando com cada vez maior intensidade.

Angola não podia eximir-se a estas influências exteriores, pois "o papel dos Estados vizinhos deve ser considerado como preponderante"⁶⁴. Até certa altura, as colónias portuguesas pareciam imunes à vaga das lutas pela emancipação política; no entanto, "era impossível imunizar Angola do resto da África" e, por isso, ia-se fazendo gradualmente sentir nos intelectuais angolanos a "injustiça do sistema colonial"⁶⁵.

⁶¹ Joseph Kasavubu era o líder da *Alliance des Bakongo* (ABAKO), movimento que defendia a união de todos os bakongo, povo repartido pelos territórios de Angola, Congo-Kinshasa e Congo-Brazzaville.

⁶² Líder da União das Populações de Angola (UPA), força política herdeira da União das Povos do Norte de Angola (UPNA) que, posteriormente, estará na origem da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

⁶³ Cfr. FELGAS, Hélio, *Guerra em Angola*, Lisboa: Gráfica Santelmo, Lda., 1968, p. 56.

⁶⁴ FELGAS, Hélio, *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné, Moçambique (Influência Externa)*, Lisboa: Tipografia da L. C. G. G., 1966, p. 5. Cfr. SOMERVILLE, Keith, *Angola. Politics, Economics and Society*, London: Pinter Publishers, pp. 22, 23.

⁶⁵ SOMERVILLE, Keith, *idem*, p. 22.

Conclusão

Aqui chegados, julgamos estar em condições de poder concluir pelo seguinte:

1. Não há dúvida de que a ordem mundial de poderes resultante da Segunda Guerra, além de reforçar e consolidar algumas alterações em desenvolvimento desde os tratados de paz da primeira deflagração mundial, veio determinar a evolução dos povos e territórios ainda submetidos à autoridade colonial europeia para a autodeterminação e as independências políticas.

De facto, as transformações já produzidas nos territórios coloniais desde os fins do século XIX – em virtude da assunção da doutrina da *ocupação efetiva* dos territórios em detrimento do princípio da *legitimidade histórica* –, reforçadas no fim da I Guerra Mundial, a par das crises económicas da Europa, que contribuíram para alguns processos de industrialização desses territórios e consequentes transformações socioeconómicas, designadamente no domínio das suas elites, acabaram por conhecer um processo mais acelerado de desenvolvimento a partir do segundo grande conflito mundial. Quer pelo facto de as potências coloniais aí procurarem encontrar uma réstia de esperança para as suas economias destruídas pela guerra, quer pelo facto de a capitulação económica, financeira e política da Europa ter permitido o surgimento de dois novos superpoderes, ambos anticolonialistas, ambos interessados em preencher o vazio agora deixado pelo velho Continente na Ásia e em África.

2. Os Estados Unidos da América (EUA), inspirados na sua tradição anticolonial e nas suas profundas raízes liberais e democráticas e fortalecidos nas suas razões económicas e estratégicas, alimentaram o esforço dos movimentos de libertação, sem, todavia, hostilizarem os seus aliados por entenderem esse caminho como a instituição da sua própria fraque-

za, como o manifestou Foster Dulles, secretário de Estado norte-americano, ao ministro dos Negócios Estrangeiros português, Paulo Cunha, em meados da década de 50.

3. Desde a Revolução Bolchevique que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) identificava as situações coloniais como o resultado do imperialismo, última fase do capitalismo. Como tal, a questão nacional e colonial para os dirigentes soviéticos estava integrada numa luta mais global, a luta de classes.

Dai que a URSS, embora ideologicamente rejeitasse o nacionalismo, visto como expressão da burguesia que importava combater, apoiava os movimentos de libertação nacional progressistas como estratégia de combate e fragilização do capitalismo. Depois de alcançada a independência política subida ao poder desses movimentos, os novos países deviam integrar-se na comunidade socialista, durante um período transitório, até à instituição de uma sociedade sem classes. É claro que o anticolonialismo soviético, além da componente ideológica, comportava em si uma forte componente estratégica, na medida em que ao conquistar essa influência, muitas vezes decisiva, nesses novos Estados, pretendia desenvolver aquilo que ficou conhecido como a "estratégia da negação", ou seja, impedir o acesso dos países capitalistas às matérias-primas essenciais à manutenção e desenvolvimento da máquina técnico-industrial do Ocidente. Ora, concretizada com sucesso esta estratégia, a longo prazo o sistema capitalista acabaria por entrar em falência, encaminhando-se as sociedades ocidentais para o modelo proposto pelos soviéticos.

4. A evolução das Nações Unidas, como vimos, embora não tendo tido qualquer incidência no surgimento dos movimentos de libertação, contribuiu de forma decisiva para a elaboração e legitimação dos novos princípios e das novas regras em parte resultantes da transformação da natureza da maioria da Assembleia Geral e da consagração de novos po-

deres ao Secretário-Geral. A proclamação do princípio da autodeterminação dos povos e do direito de disporem de si próprios atinentes aos povos submetidos à autoridade alemã, e a extensão deste princípio e deste direito às colônias subordinadas politicamente às metrópoles europeias, simbolizou uma das mais profundas transformações no âmbito das regras e dos valores que a partir desse momento irão presidir ao relacionamento entre as nações. À medida que os povos dos diferentes continentes acediam à independência política e à Assembleia Geral, com poderes mais reforçados a partir da guerra da Coreia, passaram a pouco e pouco a fazer parte de uma maioria de Estados afro-asiáticos, todos eles defensores acérrimos da independência "Imediata" e "completa".

5. Essa unidade afro-asiática viu-se reforçada pela imagem reciprocamente refletiva nos dois continentes. Dois continentes habitados por povos de cor, ambos colonizados pelo homem branco e ambos com profundos atrasos estruturais no âmbito do desenvolvimento socioeconômico. Todavia, não devemos esquecer o papel preponderante assumido quer pela China de Mao Zedong quer pela Índia de Mahatma Ghandi.

A China Popular pela reinterpretação do marxismo e pela sua assumida vontade de liderança do "Terceiro Mundo", e a Índia que desde a sua independência procurava materializar uma doutrina expansionista. Ambos tiveram não somente um papel ativo e até dominante no âmbito do Movimento dos Não-Alinhados como também no apoio aos movimentos de libertação do continente africano, visto inclusivamente como um território para a colocação dos seus excedentes demográficos. O afro-asiatismo, esboçado em Nova Deli no ano de 1949 e consagrado em Bandung, seis anos depois, tratou de garantir a unidade de votos no âmbito da Assembleia Geral da ONU e assumiu a vontade de conjugar esforços tanto no reconhecimento dos movimentos de libertação como no apoio material e humano a conceder-lhes.

6. De um ponto de vista regional, não há dúvida de que o pan-africanismo e a negritude funcionaram como um cimento ideológico que dará conteúdo e razão de ser à luta travada pelos movimentos de libertação. A sua expressão no mundo das artes e da política terá sido da maior importância na formação ideológica das designadas elites modernas, na medida em que nas suas diversas expressões procuravam, de modo diverso, contribuir para afirmar e dignificar os elementos da civilização negro-africana. Inmanados nestas manifestações da singularidade civilizacional africana, os intelectuais africanos, antilhanos e malgaches deram as mãos e procuraram concretizar na imprensa esse grito de libertação. Os jornais *Brado Africano* e *Légitime Défense* são disso dois bons exemplos.

7. Mas se os intelectuais desenvolviam esforços para dar a conhecer e dignificar as suas raízes africanas, também os sindicalistas africanos, ligados aos grandes sindicatos mundiais, teciam uma rede de contactos, tanto no Ocidente como no Leste, que viriam a ser muito importantes para as futuras lutas de libertação.

8. Como verificamos, desde os anos 20 que os estudantes africanos no estrangeiro procuravam edificar centros de convívio e de debate nos países de acolhimento. Em 1926 nasceu em Londres a West Africa Students Union e, em 1952, a Fédération des Etudiants d'Afrique Noire en France (FEANF). Estes movimentos de estudantes, frequentemente relacionados com os partidos comunistas europeus, funcionavam como um campo de aprendizagem da organização política e de elaboração das primeiras estruturas de cooperação dos futuros Estados independentes.

9. No terreno, desde há muito que as missões católicas e protestantes, assim como o Islão e um conjunto muito diverso de seitas religiosas, lançavam as sementes da reflexão sobre a igual condição humana, independentemente da cor da pele.

Considerados todos estes elementos, será fácil concluir que não tendo havido abertura de negociações entre o regime português no imediato pós-guerra com as estruturas embrionárias dos movimentos de libertação nacional e tendo-se optado por trancar as portas ao diálogo com vista à descolonização, a arquitetura de forças e o sentido da História encarregar-se-ão de ilustrar, mais uma vez, que não há império que não conheça o seu fim.

Podemos, portanto, finalizar esta nossa reflexão constatando a existência de uma conjuntura internacional e regional favorável não somente ao despertar nacionalista como também à necessidade de se proceder à descolonização dos territórios ultramarinos sob tutela política da velha Europa.

Em toda a África, os "ventos da descolonização" sopravam com grande intensidade. E, naturalmente, as forças e movimentos existentes nos futuros Estados de expressão oficial portuguesa não podiam eximir-se às influências exteriores, até porque "o papel dos Estados vizinhos devem ser considerados como preponderante"⁶⁸. Até certa altura, as então colónias portuguesas pareciam imunes à vaga das lutas pela emancipação política, no entanto, era impossível imunizar a África e, por isso, gradualmente, os intelectuais iam denunciando a "injustiça do sistema colonial"⁶⁹ e, muito em breve, eles próprios pegariam nas armas para lutar pela independência. De facto, foram os africanos que conquistaram a sua autodeterminação. A lei 7/74 apenas veio garantir do ponto de vista formal a transferência de um poder que há muito habitava no coração e nos espíritos de muitas das elites culturais, sociais e políticas africanas e europeias.

68 FELGAS, Hélio. Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné, Moçambique (*Influência Externa*). Lisboa: Tipografia da L.C.G.C. 1966, p. 3 Cfr.

69 SCHMIDTKE, Keith. *Angola: Politics, Economics and Society*. London: Pinter Publishers, pp. 22, 23.

69 SCHMIDTKE, Keith. *Op. Cit.*, p. 23.

Isto para não falar dos apetites que as próprias potências europeias alimentavam sobre as colónias portuguesas desde o fim do século XIX e princípio do século XX.

Ou seja, e respondendo à pergunta de partida: a descolonização era uma inevitabilidade.

Mário Soares, com a sua estatura moral, coragem e visão política, conseguiu reorientar o País para um quadro estratégico em que os objetivos da adesão à Comunidade Económica Europeia e a manutenção dos laços transatlânticos, a par com a construção de uma nova relação política com países irmãos, de língua oficial portuguesa, permitiram um novo futuro alicerçado nas liberdades democráticas, cívicas e políticas, e um modelo de desenvolvimento mais aberto e cosmopolita.

Como disse Frank Carlucci, Embaixador dos Estados Unidos em Portugal, por altura da Revolução de Abril, numa entrevista ao jornal "Expresso", em 2014, recuperada pelo mesmo jornal por altura do seu falecimento, "Portugal é uma história maravilhosa! Um país longe do seu império que depôs um regime fascista, que esteve à beira de nova ditadura, reagiu e instalou uma democracia que funciona. Tornou-se um exemplo, um modelo. Atrevo-me a dizer que Espanha não teria enveredado pela democracia se Portugal não o tivesse feito primeiro. E isso contagiou a América do Sul".